

Até quando?

Seria o caso de perguntar: "Até quando...?" Até quando, no Congresso Nacional, as vaidades pessoais e as questões partidárias falarão mais alto que o clamor popular em favor da moralização?

Antes mesmo de o senador Jarbas Passarinho, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, entregar ao senador Humberto Lucena o relatório final dos trabalhos, a Câmara dos Deputados se transforma em uma feira de vaidades, enquanto já se erguem vozes condenando o trabalho da CPI, especialmente o relatório final. A feira de vaidades tem seu carrocel, que gira em torno da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara nestes dias por vir. Além do quase golpe de Estado que se quis dar, mediante a indicação de parlamentares dispostos a inocentar algumas das grandes figuras condenadas no relatório final, deputados permitem que rivalidades menores comprometam a credibilidade da Comissão. A 15 de fevereiro, deverá ser constituída a nova CCJ e, desde já, seu atual presidente, deputado José Dutra, declara que não sai, pois seu mandato termina apenas em março (quando foi indicado), enquanto seu colega de Câmara e de partido José Thomaz Nonô, que se notabilizou presidindo a CPI da Vasp (cujos resultados favoreceram sensivelmente a pessoa do sr. Orestes Quêrcia), reclama seu direito de ser presidente da CCJ, por não ter conseguido ser o

indicado ano passado! Até quando se assistirá a esse espetáculo? O corregedor da Câmara, deputado Fernando Lyra, recusa-se a assumir a presidência da Comissão Especial que deverá continuar as investigações sugeridas pela CPI do Orçamento, dizendo que o novo órgão não terá nenhum poder para prosseguir o inquérito. Vai mais longe: "Do jeito que está, essa comissão vai proclamar a inocência antecipada de todos". Enquanto isso, o PDT, partido de origem do deputado Lyra, reclama que abandone a Corregedoria, pois seguramente ela deve pertencer ao partido do sr. Leonel Brizola. Os acusados devem estar se divertindo: nada melhor para sua defesa do que a divisão e discórdia entre os inimigos...

Até quando a opinião pública poderá conformar-se com as erratas do deputado Roberto Magalhães? Primeiro, foi de uma errata de fato, excluindo o deputado José Carlos Aleluia. Agora, é uma carta ao deputado Jesus Tajra, dando-lhe atestado de bons antecedentes: "Meu parecer sobre V. Exa. concluiu pela isenção de responsabilidade, mas surpreendentemente a versão impressa conclui pela continuidade das investigações em relação a seu nome". Segundo se publicou, Magalhães acrescentou não ter providenciado outra errata pa-



ra não tumultuar os trabalhos da CPI... Curiosamente, ninguém faz nada diante de fatos tão graves como o de o computador do Prodasep ter-se transformado naquele ente tecnológico de Kulbrick em 2001 — *Odisséia no Espaço*, que põe em risco a vida de quantos estão na nave espacial. Na ficção, o computador ganha personalidade e decide ele próprio conduzir a missão; na realidade do Congresso brasileiro, o computador redige, digita e imprime coisas que o deputado Ro-

berto Magalhães não escreveu. Não se trata de erro de impressão, como confundir São José do Rio Pardo com São José do Rio Preto; trata-se de digitar aquilo que não foi escrito! Diante da gravidade da transformação "genética" do computador do Prodasep, todos param extasiados e só sabem dizer: "Saiu errado no computador, não sei como"! Por acaso os nomes dos 18 recomendados à pena máxima da cassação foram impressos corretamente? Ou vai haver, no tempo devido, alguma nova retificação por conta de erros de computação?

Até quando será possível aceitar com benevolência espetáculos desse tipo, em que se permite que o computador faça o que bem entende de um relatório da maior responsabilidade política e institucional? Até quando se aceita-

rá passivamente que não tenha havido, na enorme equipe que assessorou tecnicamente a CPI, alguém com diploma de jornalista que o habilitasse perante o Sindicato dos Jornalistas de Brasília (que, por acaso, também recebeu subvenções sociais) a fazer a revisão do que foi digitado, comparando com o que foi escrito? Até quando?

Até quando continuarão considerando que a opinião pública só existe quando as ditas

O Congresso começa a dar triste espetáculo de vaidades em torno de assunto sério como a CPI

associações representativas da assim chamada sociedade civil saem à rua ou publicam manifestos em jornais? Até quando continuarão supondo que a opinião pública aceita passivamente que o computador possa redigir, digitar e imprimir sem que cérebros e mãos humanas o tenham guiado? Até quando mergulharão no sono que reputam dos inocentes, tentando esconder o que de fato aconteceu no Reino da Dinamarca, perdão, nos bastidores da CPI? O computador pode ser responsável por muita coisa — não é, no entanto, o mordomo que pode ser acusado impunemente de um crime não cometido. Até quando o Congresso Nacional vai permitir que fatos como esses aconteçam?